



Volume I – Abril de 2008 - <http://www.revistaexagium.com>

**DA REPRESENTAÇÃO DOS ASPECTOS MORAIS
ATRAVÉS DOS SENTIMENTOS DO BELO E DO SUBLIME**

Alice Lino

Resumo

Em um primeiro momento, o presente artigo trata de como os sentimentos de prazer interferem na determinação do caráter. Para, então, considerar o belo na condição de símbolo do moralmente bom e a relação necessária estabelecida entre a moralidade e o juízo acerca do sublime.

Palavras-chave: Belo, Sublime, Caráter, Moral, Kant.

Abstract

At a first instance, this article treats of how feelings of pleasure interfere in determining character. Then, consider the beauty in the state of symbol of morally good and the necessary relation established between the morality and judgment concerning the sublime.

Key- words: Beauty, Sublime, Character, Moral, Kant.

DA REPRESENTAÇÃO DOS ASPECTOS MORAIS ATRAVÉS DOS SENTIMENTOS DO BELO E DO SUBLIME

Alice Lino

Na *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, quando se atribui à mulher a qualidade do belo e ao homem a do sublime, está posto que no âmbito da estética, segundo a concepção kantiana, tais designações são as que melhor traduzem o feminino e o masculino. A representação baseada nessa terminologia é capaz de determinar aspectos específicos dos sexos, mas de forma alguma há a restrição de que a mulher apresente traços do sexo sublime; e que o homem tenha características consideradas do belo sexo. Nas palavras de Kant: “Não se quer dizer, com isso, que a mulher careça de qualidades nobres, ou que o sexo masculino deva ser inteiramente privado da beleza; espera-se ao contrário, que cada sexo reúna a ambos...” (KANT, 1764/1993, 48, p. 48)¹. Assim, o filósofo torna evidente a possibilidade de ambos os sexos apresentarem traços característicos tanto do caráter determinado através do sentimento do belo, quanto do sublime.

De acordo com os argumentos apresentados na *Observações*, a predominância do sentimento do belo ou do sublime determina tipos distintos de caráter (*moralischer Charakter*), que muito se assemelham à divisão já corrente no séc. XVIII dos quatro temperamentos: *sanguíneo, melancólico, colérico e fleumático*.² Kant propõe, então, a análise acerca dos sentimentos enquanto morais e para tal se norteia pela classificação dos temperamentos. Diz o filósofo: “Seja-nos permitido agora observar mais de perto os sentimentos do sublime e do belo,

¹ As datas na referência indicam o ano da publicação original e a edição utilizada, respectivamente. A letra e o número seguinte indicam às referências da obra original mantidas nas edições atuais. Utiliza-se o mesmo procedimento ao longo do texto.

² Segundo notas do tradutor Vinícius Figueiredo, tal divisão refere-se à tratadística psicofisiológica renascentista; verificável em KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, 27, p. 34, 1993.

sobretudo na medida em que são morais, à luz da classificação dos temperamentos por nós adotada” (KANT, 1764/1993, 29, p. 36).

Na *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798), o filósofo retoma a questão, ao apresentar o termo caráter em uma dupla acepção, o físico e o moral.³ O caráter físico refere-se ao signo capaz de distinguir o homem enquanto ser sensível ou natural, enquanto o caráter moral considera o homem na qualidade de ser racional, sobre o qual recaem as leis da liberdade. Este último apresenta-se somente no sujeito que se norteia segundo princípios racionais; que se mostra inclusive confiável, pois não está à mercê de seu instinto, mas sim seguro pela força da vontade.

Aparecem, portanto, pontos que claramente divergem na argumentação kantiana, visto que na *Observações* ainda não se aplicava a distinção entre o caráter físico e o moral. Assim, os sentimentos apresentavam-se como fatores determinantes da moralidade. Já na *Antropologia*, tais sentimentos dizem respeito à disposição natural e em nada determinam o caráter moral, na medida em que apresentar um “caráter significa ter aquela qualidade da vontade, segundo a qual o sujeito se obriga a seguir determinados princípios práticos que prescreveu inalteravelmente para si mesmo mediante sua própria razão” (KANT, 1798/2006, 292, p. 187-188).

Contudo, para a elaboração das primeiras seções do presente artigo, adota-se a perspectiva apresentada na *Observações*, posto que estas pretendem apresentar os tipos de caráter constituídos a partir dos sentimentos refinados do belo e do sublime; caracteres referentes tanto ao homem, quanto a mulher.

A última seção traz a relação entre a moral e os sentimentos do belo e do sublime sob a perspectiva crítica kantiana. Para tal, dirige-se a investigação à *Crítica da Faculdade do Juízo*, onde o sentimento do belo apresenta-se como o símbolo do moralmente bom, enquanto que o

³ Tal argumentação diz respeito à perspectiva adotada na “doutrina universal natural (não civil) dos signos (semiótica universal)”, conforme Kant relata na seção intitulada “O caráter da pessoa”, 285, p.181 da *Antropologia de um ponto de vista pragmático*.

juízo acerca do sublime distingue-se devido a uma relação necessária estabelecida com a moral para a sua determinação.

1. O caráter do belo

Na perspectiva kantiana, o caráter é relativo ao belo, na medida em que apresenta aspectos provenientes do sentimento do belo. As qualidades originárias deste sentimento são aquelas capazes de infundir amor, tais como: engenho, gracejo, vivacidade, adulação amável, polidez, cortesia e astúcia. O sujeito que experimenta “o belo” exhibe traços sorridentes e joviais. As pessoas que apresentam com mais veemência tal sentimento, somente diante de alguma necessidade, procuram por amigos honestos, constantes e sérios, pois quando estão interessadas em diversão, preferem companhias agradáveis, gentis e graciosas. O belo faz-se presente diante do amor pelo outro sexo. Um sujeito dotado de ternura e profundo respeito garante ao sentimento do belo dignidade e sublimidade. A ternura quando tocada pelo sentimento de compaixão não é somente bela, mas também louvável, visto que determina uma participação benévola nos destinos alheios. Mas Kant adverte que a compaixão benigna indica fraqueza e é sempre cega. “Pois, supondo que esse sentimento vos conduza a ajudar um necessitado com vossos esforços, sereis em débito com um terceiro, privando-vos assim da condição de cumprir o estrito dever da justiça” (KANT, 1764/1993, 20, p. 31). Assim, tal ação não atende ao propósito virtuoso, posto que não se deve abrir mão de uma obrigação (dever de justiça) em nome de um cego encanto. Kant observa que tanto a compaixão quanto a condescendência estabelecem o fundamento de belas ações, mas não garantem a virtuosidade destas. A verdadeira virtude origina-se somente a partir de princípios universais. O mesmo ocorre com o traço da amabilidade, que mesmo sendo um sentimento benévolo não representa uma verdadeira virtude. A amabilidade segundo Kant,

diz respeito à inclinação de “tornar-se agradável através da afabilidade, do consentimento aos desejos e da conformação de nossa conduta ao caráter dos outros” (KANT, 1764/1993, 22, p. 32). O sujeito que traz tal traço no coração apresenta uma postura bela e louvável; o que determina seu caráter como o de boa índole. Mas tal postura não é considerada virtuosa, pois, como não existem princípios capazes de delimitar tal comportamento, as fraquezas e vícios podem originar-se deste.

Segundo a determinação kantiana, a disposição de espírito que não se estrutura sobre fundamentos universais é denominada *sangüínea*. Esta, na qual o sentimento é predominantemente para o belo, mostra-se volúvel e dada a prazeres. Satisfações jocosas e intensas acompanham aqueles que apresentam tal constituição de ânimo, ou seja, a satisfação não é assegurada, em nenhum momento, por um contentamento que se mostre sereno. A mudança e a diversidade implicam também satisfação. O sujeito, cujo ânimo traz a qualidade *sangüínea*, apresenta grande simpatia moral, pois é aquele que “busca a alegria em si e em torno de si”, que “apraz aos outros e é um bom companheiro em sociedade” (KANT, 1764/1993, 34, p. 39). Além do mais, a alegria alheia é capaz de satisfazê-lo, enquanto o sofrimento dos outros o sensibiliza. O tipo de caráter referente ao temperamento *sangüíneo* não é do tipo que dissimula e a generosidade, e a caridade costumam acompanhá-lo. Como seu sentimento moral mostra-se indiferente aos princípios universais, este sujeito torna-se dependente das impressões momentâneas suscitadas diante dos objetos. E se acontecer desse perder em caráter o que anteriormente apresentava, o máximo alcançado será a trivialidade, na medida em que se tornará fútil.

A ausência de princípios universais nesse tipo de caráter justifica a instabilidade da alma, que é inclusive perceptível em atos bondosos, cujas variações ocorrem de acordo com as circunstâncias. E é, justamente, esta mesma falta de princípios que os tornam também

inadimplentes, quer dizer, os dessa índole são maus pagadores, visto que apesar de apresentarem substancial sentimento para o bem, faltam-lhes aqueles voltados para a justiça; não lhes servindo assim a posição de juiz. Kant argumenta que princípios lhes aparentam severidade e para tal caráter não há nada que impeça o poder corruptível das lágrimas.

Os instintos de solidariedade - compaixão, condescendência, amabilidade, ou seja, os traços de caráter referentes ao temperamento *sangüíneo* - mesmo não sendo assegurados por princípios universais, conduzem à prática de belas ações. E são providenciais, dada à fraqueza da natureza humana, capaz de impedir a formação dos sentimentos morais universais na maior parte dos corações humanos. Os instintos de solidariedade atuam, portanto, como suplementos da verdadeira virtude, posto que conferem enlevo e até alguma determinação ao sujeito; razão pela qual levam o nome de *virtudes de adoção*. A semelhança com as verdadeiras virtudes está no fato de estas apresentarem prazer diretamente relacionado com ações boas e benévolas.

2. O caráter do sublime

A verdadeira virtude, segundo a concepção de Kant, aparece relacionada com o sentimento do sublime. Esta é determinada como *virtude genuína*. Enquanto as *virtudes de adoção* compõem um coração bondoso, o sujeito verdadeiramente virtuoso apresenta nobreza no caráter; o que o torna um homem justo. Segundo argumentos kantianos, a “verdadeira virtude, portanto, só pode ser engendrada em princípios que quanto mais universais, a tornam tanto mais sublime e nobre” (KANT, 1764/1993, 23, p. 32). Tais princípios apresentam-se como a consciência de um sentimento e não simplesmente como regras especulativas. Esse sentimento aparece depositado em cada coração humano e deve ser maior do que os fundamentos particulares da compaixão e da amabilidade. Ao argumentar dessa forma, Kant refere-se ao

sentimento da beleza, que se mostra como o fundamento da benevolência universal e ao sentimento da dignidade da natureza humana, cujos preceitos fundamentam o respeito universal. Essa postura garante ao sujeito vigor e o autodomínio da mente, que constituem o fundamento universal para qualquer ação. Um íntimo sentimento para a beleza e para a dignidade mostra-se sério e apresenta alguma semelhança com a melancolia de um sentimento brando e nobre, visto que não se relaciona bem com a alegria volúvel e com a inconstância que um leviano possa vir a ter. A semelhança com a melancolia está também no fato de este sentimento apresentar como fundamento o assombro de uma alma limitada, que se erguerá rumo à auto-superação. A melancolia, no caso, não deve ser relacionada com privações de alegrias, mas a questão é que, os sentimentos originários do temperamento *melancólico* - outro dos humores tematizados pelas correntes psicofisiológicas do Renascimento - quando se encaminham de forma errônea, por uma razão ou outra, atingem mais facilmente o estado da melancolia. O modo austero como o *melancólico* experimenta as situações de contentamento, não diminui em nada o valor destas, na medida em que “todas as comoções do sublime possuem em si mais encanto do que as atrações volteantes do belo” (KANT, 1764/1993, 30, p. 36). A subordinação dos sentimentos aos princípios rígidos impõe ao ânimo do *melancólico* certa constância. Este sujeito mostra-se assim convicto, não dando importância para o julgamento dos outros acerca do que é bom ou verdadeiro, porém tanto rigor no caráter pode acabar transformado em teimosia.

Segundo Kant, além do *melancólico*, a qualidade de ânimo designada como *cólerico* também possui sentimentos predominantemente sublimes; mas trata-se, neste caso, da forma magnífica do sublime. Esta forma é capaz de forjar qualidades no sujeito, pois expressa apenas “o cintilamento da sublimidade e uma cor de forte contraste que oculta o conteúdo interno, talvez apenas ruim ou comum, das coisas ou pessoas e que, mediante a aparência, engana e comove” (KANT, 1764/1993, 36, p. 39-40). Ações praticadas pelos de temperamento *colérico* exprimem

artificialidade, pois o móbil destas encontra-se na mera aparência. Quer dizer, tal disposição de espírito ajuiza o valor de si próprio e de seus atos “segundo o decoro ou a aparência sob a qual é observado” (KANT, 1764/1993, 36, p. 40). Em nota, Kant argumenta de forma mais clara, ao mencionar que este perfil “se considera feliz apenas enquanto supõe que outros o considerem como tal” (KANT, 1764/1993, p. 40). O caráter do *colérico* é norteado por princípios de honra, que se apresentam como um sentimento refinado capaz de colocar o sujeito em movimento ou de pelo menos compensar a existência do egoísmo e da luxúria vulgar, visto que suscita o pudor. E apesar da honra mostrar-se como um sentimento refinado, o que se origina desta inclinação não apresenta em nenhum momento virtuosidade, mas somente o cintilamento desta. Segundo Kant, o *colérico* mostra-se “hipócrita na religião, bajulador em sociedade, e, na política, versátil conforme as circunstâncias” (KANT, 1764/1993, 38, p. 41). Mesmo quando quer se mostrar como um amigo ou amante, não se vê um nem o outro. Tamanha artificialidade traduz-se em um caminhar engomado e deselegante. Além do mais, a benevolência não o sensibiliza e nem mesmo o respeito procova-lhe alguma comoção. Logo, ao agir de forma benevolente não se vê nada além de cortesia. Ações que exprimem respeito não são nada mais do que cerimônia e seu amor refere-se somente a uma forjada adulação. Aquele que apresenta a disposição de espírito do *colérico* jamais conhece a ingenuidade, “essa nobre e bela simplicidade que traz consigo o selo da natureza e não do artifício” (KANT, 1764/1993, 39, p. 41). Da sua parte, verifica-se que não se incomoda em prestar subserviência aos “grandes”, pois assim, na sua concepção, poderá tirazinar os “pequenos”. Quando se sente ofendido coloca-se a duelar ou lança mão de processos. Enquanto se apresenta somente como um sujeito vaidoso, o que no caso é o mesmo que dizer ávido por honra, o colérico preza por estar em evidência e assim pode ser considerado até como suportável. Mas se não for dotado de talentos efetivos, pode ser visto como presunçoso, o que o elege como um estúpido. Dito isso, a degeneração do gosto dos de temperamento *colérico*

implica algo que causa repulsa.

Quanto àqueles considerados insensíveis, Kant os determina como *fleumáticos*. Por outro lado, o sujeito cuja disposição de espírito baseia-se no temperamento *fleumático* “se vê privado também dos móveis mais grosseiros, como a avidez por dinheiro etc.; em todo caso, porém, podemos conceder-lhe esta e outras inclinações semelhantes, visto de modo algum pertencerem a nosso plano” (KANT, 1764/1993, 29, p. 36). Conforme a argumentação kantiana, não há nenhum homem que seja privado completamente dos sentimentos refinados, porém a maior ausência destes encontra-se nos de temperamento *fleumático*. Ao fleumático atribui-se uma maior falta de sentimento moral. Contudo, acerca deste temperamento o filósofo pouco discorre.

Kant, ao tratar daqueles que mostram na sua constituição de espírito o sentimento sublime, apresenta até alguma poesia nos dizeres.

Na calma quietude de uma noite de verão, quando a luz trêmula das estrelas rompe a escuridão da noite que abriga uma lua solitária, almas que possuem um sentimento do sublime serão pouco a pouco despertadas para o mais alto sentimento de amizade, de desprezo do mundo, de eternidade (KANT, 1764/1993, 5, p. 22).

As qualidades provenientes do sentimento do sublime inspiram alto respeito, dentre estas estão: entendimento, ousadia, sinceridade, probidade, solícitude desinteressada e amizade. Aquele capaz de domar uma paixão através de princípios exhibe também a sublimidade no caráter, assim como o que se coloca em risco pela pátria ou com o intuito de reivindicar direitos humanos. O caráter do sublime diz respeito a um coração nobre, que exala liberdade. Tal sujeito apresenta forte sentimento de dignidade com relação à natureza humana, assim é intolerante com formas de subserviência abjeta, visto que o ser humano inspira-lhe respeito. Além do mais, mostra-se como um rigoroso juiz de si próprio e dos outros e com certa freqüência encontra-se entediado com relação ao mundo.

Aquele que vivencia na íntegra o sentimento do sublime apresenta, na maioria das vezes, um semblante perplexo e rígido. Trata-se do sentimento que pode vir a acarretar certo assombro ou alguma melancolia. Nesse caso tem-se configurado o sublime *terrível*. Quando o sujeito propõe-se a uma calma admiração, o que o norteia é o sentimento do sublime *nobre*. E a manifestação da beleza capaz de atingir dimensões sublimes determina o sublime *magnífico*.

De acordo com as características manifestadas diante do fenômeno determinante do sublime, Kant considera diferenças que garantem tipos distintos deste sentimento. O sentimento experimentado em uma solidão profunda, por exemplo, é considerado o *terrivelmente* sublime, enquanto aquilo que guarda certa admiração é o sublime *nobre*. As distinções que acatam tal nomenclatura serão abandonadas na *Crítica da Faculdade do Juízo*. Nesta obra, a categoria que recebera anteriormente a configuração de sublime *terrível, nobre e magnífico* tornar-se-á sublime *matemático* ou *dinâmico*.⁴

3. A relação entre o belo, o sublime e a moral sob a perspectiva crítica

A relação que, em um primeiro momento, pretende-se propor nesta seção aparece em argumentos presentes no parágrafo intitulado: “Da beleza como símbolo da moralidade” (§59) na *Crítica da Faculdade do Juízo*. Para clarificar a relação entre o belo e a moral, Kant, inicialmente, expõe dois tipos distintos de apresentações (em grego: *hipotipose* ou do latim: *exhibitio*), que ocorrem na forma de sensificações (*Versinnlichungen*). Trata-se da esquemática e

⁴ O filósofo distingue entre o sentimento suscitado a partir de algo absolutamente grande e o que ocorre diante da expressão de uma força avassaladora. No primeiro, o sentimento é determinado como sublime matemático; este no qual a imaginação fracassa diante da tentativa de apreender a forma do fenômeno em sua multiplicidade e grandeza. O segundo, denominado sublime dinâmico, origina-se diante de espetáculos terríficos, tais como: “rochedos audazes sobressaindo-se por assim dizer ameaçadores, nuvens carregadas acumulando-se no céu, avançando com relâmpagos e estampidos, vulcões em sua inteira força destruidora, furacões com as devastações deixadas pra trás, o ilimitado oceano revoltado, uma alta queda d’água de um rio poderoso...” (KANT, 1790/2005, p. 107) entre outros.

da simbólica. Na primeira, a intuição referente ao conceito é estabelecida a priori. Segundo Kant, “a prova da realidade de nossos conceitos requer sempre intuições. Se se trata de conceitos empíricos, as intuições chamam-se *exemplos*. Se aqueles são conceitos de entendimentos puros, elas são chamadas esquemas” (KANT, 1790/2005, 254, p. 195). A simbólica, por sua vez, diz respeito ao conceito pensado exclusivamente pela razão, onde a intuição sensível não se ajusta. Para uma adequação do conceito à intuição na apresentação simbólica, esta deve mostrar-se como:

uma intuição tal que o procedimento da faculdade do juízo é mediante ela simplesmente analógico ao que ela observa no esquematismo, isto é, concorda com ele simplesmente segundo a regra deste procedimento e não dá própria intuição, por conseguinte simplesmente segundo a forma da reflexão, não do conteúdo (KANT, 1790/2005, 255, p. 196).

O intuitivo apresenta-se, então, no modo de representação simbólico e no esquemático. Tal constatação, segundo o próprio filósofo, contradiz os lógicos de seu tempo, pois estes ao invés de considerar o simbólico como uma espécie do intuitivo, o determinam como o seu oposto.

Contudo, as apresentações, sendo estas simbólicas ou esquemáticas significam:

... denotações dos conceitos por sinais sensíveis que os acompanham e que não contêm absolutamente nada pertencente à intuição do objeto, mas somente servem a esses segundo a lei da associação da faculdade da imaginação, por conseguinte como meio de reprodução de um ponto de vista subjetivo (KANT, 1790/2005, 255-256, p. 196).

A diferença entre esses modos de representação está no fato de que com os esquemas têm-se apresentações diretas dos conceitos de forma demonstrativa, enquanto que nos símbolos as apresentações ocorrem de forma indireta por meio da analogia.

Assim, chega-se ao ponto de começar elucidar a relação pretendida por Kant entre o belo e o moralmente bom, já que esta se dá por analogia. Segundo a concepção kantiana, até no entendimento comum faz-se uso da analogia, quando se atribui aos belos objetos da natureza e da arte adjetivos tais como: suntuosos e majestosos. Ou seja, tais atributos parecem ter como

fundamento um juízo moral. Isso ocorre devido ao fato de estes objetos suscitarem “sensações que contêm algo analógico à consciência de um estado de ânimo produzido por juízos morais” (KANT, 1790/2005, 260, p. 199).

Analogia, de acordo com a definição kantiana, ocorre quando se conduz a reflexão acerca de um objeto da intuição para um conceito, que dificilmente apresentaria relação direta com tal intuição. Para tal, a faculdade de juízo reflexiva deve exercer uma função dupla, a saber: “primeiro de aplicar o conceito ao objeto de uma intuição sensível e então, segundo, de aplicar a simples regra da reflexão sobre aquela intuição a um objeto totalmente diverso, do qual o primeiro é somente o símbolo” (KANT, 1790/2005, 256, p. 196). A fim de clarificar o processo de analogia, Kant faz uso de formas distintas para representar um estado monárquico. Tal representação pode ocorrer através de um corpo animado, quando este é regido por leis internas populares ou por uma máquina, um moinho, se for governado por uma única vontade absoluta. Em ambas as formas, a representação é simbólica, pois entre o estado monárquico e um corpo animado ou entre um estado despótico e a figura de um moinho somente pode haver alguma semelhança quando se considera as regras de reflexão sobre ambos e suas causalidades.

Segundo Kant, considerar o belo como o símbolo do moralmente bom traduz-se em “uma referência que é natural a qualquer um e que também se exige de qualquer outro como dever”(KANT, 1790/2005, 258, p. 197). A relação do belo com o moralmente bom ocorre também devido ao fato do estado de ânimo daquele que vivencia “o belo” tornar-se “consciente de um certo enobrecimento e elevação sobre a simples receptividade de um prazer através de impressões dos sentidos e aprecia também o valor de outros segundo uma máxima semelhante de sua faculdade de juízo” (KANT, 1790/2005, 258, p. 197).

No estabelecimento do juízo estético, faz-se necessário o distanciamento com relação às inclinações, visto que estes juízos não se arquitetam segundo necessidades e interesses. O prazer

diante do belo é sentido de forma imediata devido somente à relação com a forma do objeto, ou seja, não há nenhum interesse próprio naquele ajuizamento. Já “o moralmente-bom, na verdade apraz necessariamente ligado a um interesse, mas não a um interesse que preceda um juízo sobre a complacência e sim que é pela primeira vez produzido através dele” (KANT, 1790/2005, 260, p. 198). É digno de nota que, a ação praticada por dever não considera em nenhum momento o objetivo que se pretende atingir; tal ação deve apresentar um valor em si mesma.

Ricardo Barbosa, em sua introdução aos *Fragmentos das Preleções sobre Estética* de Schiller argumenta que:

A consideração estética é análoga à consideração moral na medida em que o objeto é tomado como um fim em si mesmo, nunca como um meio. E assim como não ligamos ao objeto nenhum interesse, como que colocando entre parênteses tudo o que em nós se encerra no âmbito privado, também não o determinamos mediante conceitos, razão pela qual não os determinamos como um fim (SCHILLER, 2004, p. 17).

Na seção intitulada “Do interesse intelectual pelo belo”, Kant sustenta que o simples fato do sujeito interessar-se de forma imediata pela beleza da natureza indica que se trata de uma boa alma. E na medida em que tal interesse torna-se um hábito, tem-se, então, constituída “uma disposição de ânimo favorável ao sentimento moral” (KANT, 1790/2005, 166, p. 145). Assim, o gosto possibilita esse trânsito daquilo que apraz os sentidos para o que é estimado no interesse moral.

Há outros aspectos que devem ser levados em consideração nessa analogia proposta entre o belo e o moralmente bom, que se refere à liberdade com que as faculdades envolvidas em cada processo operam e também no fato de ambos os ajuizamentos serem universalmente válidos. Quer dizer, no juízo de gosto, a liberdade da faculdade da imaginação apresenta-se em acordo com “a legalidade do entendimento” e “no juízo moral a liberdade da vontade é pensada como concordância da vontade consigo própria segundo leis universais da razão” (KANT, 1790/2005,

259, p. 198). E no que se refere à questão da universalidade, o princípio subjetivo do belo é considerado universal, visto que pretende ser válido para qualquer um. Já o princípio objetivo da moralidade mostra-se também universal, mas com a diferença de ser “cognoscível por todos os sujeitos, ao mesmo tempo por todas as ações do mesmo sujeito e isso através de um conceito universal” (KANT, 1790/2005, 260, p. 198).

Em se tratando da relação entre o sublime e a moral, verifica-se que o sujeito somente está apto para experimentar a sublimidade do fenômeno quando se encontra envolto pela cultura, pois somente sob o regimento desta, o homem é incitado a desenvolver-se segundo princípios da moralidade, que, por sua vez, transmitem a possibilidade do engrandecimento da alma. Se o sujeito permanece inculto, o espetáculo que poderia engrandecer sua alma não lhe oferece nada além do temor. Nas palavras de Kant:

Na verdade aquilo que nós, preparados pela cultura, chamamos sublime, sem desenvolvimento de idéias morais apresentar-se-á ao homem inculto simplesmente de um modo terrificante. Ele verá nas demonstrações de violência da natureza em sua destruição e na grande medida de seu poder, contra qual o seu é anulado, puro sofrimento, perigo e privação... (KANT, 1790/2005, 111, p. 111).

No parágrafo intitulado “Da modalidade do juízo sobre o sublime da natureza” (§29), encontram-se os argumentos referentes à relação entre o juízo do sublime e a moral. Para tanto, Kant, inicialmente, aponta a distinção entre as formas de ajuizar os objetos naturais. É possível dizer, sustenta o filósofo, “sem errar muito”, que o juízo sobre o belo pode apresentar-se em qualquer um, daí a possibilidade da adesão do outro na forma de ajuizamento, enquanto que para o juízo relativo ao sublime faz-se necessário o desenvolvimento, no aspecto cultural, não somente da faculdade de juízo estética, mas também da faculdade de conhecimento, pois somente assim o sujeito encontrar-se-á capaz de “proferir um juízo sobre esta excelência dos objetos da natureza”

(KANT, 1790/2005, 110, p. 111). Dito isso, não se deve contar necessariamente com a unanimidade neste juízo, como ocorre no ajuizamento sobre o belo.

A disposição de ânimo daquele capaz de experimentar o sentimento sublime deve necessariamente apresentar-se receptiva às idéias, pois somente por meio destas, aliadas ao empenho da faculdade da imaginação (que lida com a natureza como se fosse um esquema para as idéias) é desfeito o terrificante e tem-se configurado o sublime. Contudo, o sublime somente pode ser experimentado por aquele, que tendo se desenvolvido culturalmente, apresenta certa adequação para com as idéias morais, o que não ocorre com o homem inculto. Mas, apesar desta necessária relação estabelecida com a cultura, o fundamento no ajuizamento do sublime está propriamente na natureza humana e em tudo que a acompanha, a saber, na disposição para idéias práticas, ou seja, para o sentimento moral.

Conforme era a intenção, o presente artigo apresenta a relação entre a moral e os sentimentos do belo e do sublime em momentos distintos da filosofia de Kant. Na *Observações*, o filósofo apresenta os tipos distintos de temperamentos referentes à tratadística psicofisiológica renascentista, sob a terminologia estética. Quer dizer, o caráter sanguíneo aparece classificado como proveniente do sentimento do belo, enquanto o melancólico e colérico referem-se ao sentimento sublime. O fleumático, por sua vez, não diz respeito a nenhum destes, por justamente significar a ausência de sentimentos.

Já na *Crítica da Faculdade do Juízo*, Kant volta o olhar para a forma de expressão do juízo acerca do belo e do sublime, na medida em que expõe argumentos a fim de clarificar o processo interno capaz de determinar estes sentimentos. Assim, verifica-se que, para a determinação do sublime, o sujeito deve estar sob o regimento da moral, pois de outra forma não será capaz de enfrentar o poderio da natureza. Por outro lado, a relação do belo com a moral, na

perspectiva crítica, aparece por analogia, ou seja, o ajuizamento moral e o estético apresentam alguma similaridade, no que se refere a forma com que se relacionam com os objetos.

Bibliografia

KANT, Immanuel. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda. 2006.

_____. *Crítica da Faculdade do Juízo*. 2º Edição. Rio de Janeiro: editora Forense Universitária, 2005.

_____. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. 2º Edição. Campinas, São Paulo: Papirus editora, 1993.

FREITAS, Velaine. A beleza como símbolo da moralidade na Crítica da Faculdade do Juízo de Kant. In: DUARTE, Rodrigo (Org.). *Belo, Sublime e Kant*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 90-101.

SCHILLER, Friedrich. *Fragmentos das Preleções sobre Estética do semestre de inverno de 1792-93*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.